



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social.

Sub-eixo: Ênfase na questão urbana.

## A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PMCMV: O CASO DO RESIDENCIAL URUPIARA EM ALAGOINHAS (BA)

ANA BURGOS<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de discutir a temática da Participação Social no Programa Minha Casa Minha Vida a partir da experiência do Residencial Urupiara, localizado no município de Alagoinhas (BA), verificada durante a execução do Programa Moradia Urbana com Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil, cujo objetivo é a implantação de duas tecnologias sociais, a primeira tecnologia - Transformando Realidades por meio da Mobilização e Organização Comunitária, e a segunda tecnologia - Joias Sustentáveis na Ilha das Flores, utilizando material reciclado para a fabricação de Joias sustentáveis. Este artigo aborda uma experiência profissional.

**Palavras-chave:** Participação, Meio ambiente, Tecnologia social, Organização.

**Abstract:** His article aims to discuss the theme of Social Participation in the My Home My Life Program a from the experience of the Urupiara Residential, located in the city of Alagoinhas (BA), verified during the execution of the Urban Housing with Social Tecnology Program of the Banco do Brasil Foundation, whose goal is the implementation of two social technologies, the ultimate technology - Transforming Realities through Mobilization and Community Organization, and the second technology - Sustainable Jewelry on Flores Island, using recycled material for the manufacture of sustainable Jewelry. This article addresses a work experience.

**Palavras-chave:** Participation, Environment, Social technology, Organization.

### 1. INTRODUÇÃO

Historicamente o desenvolvimento de uma cidade resulta de transformações estruturais, que por sua vez, são consequência de movimentos cumulativos de recursos técnicos, materiais e humanos de uma sociedade. Nessa perspectiva, a paisagem urbana sofre uma evolução, em ritmos distintos, estabelecendo contornos e organizando a paisagem física. Nesse sentido, a noção de desenvolvimento tem a ver com a articulação da transformação da estrutura social de uma sociedade (CASTELLS, 1973).

A realidade urbana nas cidades, em si mesma, transformou-se, tornando-se mais complexa, ao incluir forças econômicas, sociais e culturais divergentes, tais como, mercados econômicos globais, interesses estratégicos empresariais e o desenvolvimento da economia e da sociedade

---

<sup>1</sup> Profissional de outras áreas, PROATEC, E-mail: anaburgos@gmail.com.

local (FARAH, 2000). Portanto, como coloca Carvalho (1998), os setores democrático-populares, reativos da legitimidade do Estado, passam a agir de maneira mais propositiva.

Segundo Maricato (2000), o processo de urbanização brasileiro foi e ainda será marcado pela herança do latifúndio, que resiste há mais de quatro séculos a todos os debates e propostas de mudanças. Para ela, embora a urbanização se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calcadas no patrimonialismo e nas relações de favor, no mando coronelista, estão presentes nesse processo. Reina uma confusão em torno da questão fundiária e dos limites das propriedades em todos os municípios brasileiros. A terra é um nó no campo e também nas cidades, já que a legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando envolve direitos sociais.

Para Souza (2003, p.22), “Entender corretamente a cidade e as causas de seus problemas, é uma condição prévia indispensável à tarefa de se delinearem estratégias e instrumentos adequados para a superação desses problemas”. De acordo com Corrêa (1995), o espaço urbano é fragmentado, pois possui diferentes tipos de uso - áreas comerciais, industriais, residenciais ou de expansão urbana. No entanto, essas diversas áreas encontram-se articuladas através dos chamados fluxos, ou seja, pela circulação de pessoas, de mercadorias, de investimentos ou de decisões. Todavia, esse autor coloca que,

[...] O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. (CORRÊA, 1995, p.11).

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais, a acumulação de capital, e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.

A cidade com o papel de ator político, deve agir corporativamente com esse fim, para sobreviver e vencer. Trata-se da cidade corporativa que cobra o esforço e o “consenso” de todos, em torno dessa visão generalizante de futuro. Trata-se agora da cidade “mercadoria” e da “cidade-empresa” (que deve ser gerenciada como uma empresa privada competente) (VAINER, 2000). Considerando o cenário nacional positivo, e visando reforçá-lo, o Governo Lula lançou em 2007, um plano destinado a promover o crescimento econômico – o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com um ambicioso programa de investimentos em

infraestrutura. No âmbito do PAC, as empresas estatais desempenham importante papel, principalmente, a Petrobrás e a Eletrobrás.

Todos esses elementos foram importantes para caracterizar um quadro mais favorável ao desenvolvimento da política habitacional, e à ampliação do financiamento (ADAUTO, 2013). Em março de 2009, com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM), o governo anuncia o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O programa foi aprovado pela Medida Provisória nº 459, publicada em 25 de março de 2009, posteriormente convertida na Lei no 11.977, de 7 de julho 2009, e pelo Decreto n. 6962, de 17 de setembro de 2009.

Estabelecendo um patamar de subsídio direto, proporcional à renda das famílias, este Programa buscou claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção. Além dos subsídios, o PMCMV aumentou o volume de crédito para aquisição e produção de habitações, ao mesmo tempo, em que reduziu os juros (ADAUTO, 2013). Tendo a política urbana se desenvolvido através da influência do papel exercido pelo Movimento da Reforma Urbana<sup>2</sup>, podemos então, ver claramente os avanços ocorridos. O Quadro 1, abaixo, demonstra o arcabouço legal existente na política urbana a partir de 1988, num processo de luta dos movimentos sociais e da sociedade em geral.

#### QUADRO 1- Marcos Regulatórios da Política Urbana

ANO	MARCOS REGULATÓRIOS
1988	Instituído o capítulo da política urbana na constituição.
2000	Criação da Lei 10.257 - Estatuto da cidade
2003	Criação do Ministério das Cidades
2003, 2004, 2005 e 2007	Realização das Conferências das Cidades
2003	Criação do Programa de Regularização Fundiária
2004	Instituído o Conselho Nacional das Cidades
2005	Instituída a Lei Federal de Concursos Públicos
2005	Realização da Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo
2005	Instituída a Lei do Fundo Nacional de Habitação Social
2007	Instituída a Lei Federal de Saneamento Básico
2007	Criação do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC
2009	Criação do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV
2011	Instituída a Lei Federal de Resíduos Sólidos
2012	Instituída a Lei Federal de Mobilidade

Fonte: Maricato (2013)

<sup>2</sup> O Movimento pela Reforma Urbana surgiu em meados da década de 80. Setores da Igreja Católica, do movimento social, intelectuais, técnicos da área urbana e entidades organizadas em torno da política urbana, além de partidos políticos clandestinos e legais desenvolveram a articulação de um amplo movimento nacional para discutir propostas sobre a cidade, com vistas a participar de forma organizada do processo que estabeleceria uma nova Constituição.

Cada um dos marcos regulatório da política urbana, demonstrados no Quadro 1, acima, teve a sua importância jurídica e técnica para a política urbana, principalmente, com a institucionalização das Conferências das Cidades, onde houve a oportunidade dos movimentos sociais, técnicos, gestores e a sociedade em geral, discutir a política urbana no Brasil e propor os avanços necessários para o desenvolvimento das cidades. Com a instituição de leis e programas para a política urbana, ainda os municípios brasileiros têm que enfrentar a cidade ilegal autoconstruída, que por muito tempo ficou esquecida e hoje se tornou prioridade para o Estado. Ao mesmo tempo, o Brasil passa por um período que é necessário dar prioridade à discussão da questão fundiária e imobiliária, com a participação crítica da sociedade.

Em março de 2009, o PMCMV teve o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM). Estabelecendo um patamar de subsídio direto, proporcional à renda das famílias, este Programa busca claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção. Além dos subsídios, intenta também aumentar o volume de crédito para aquisição e produção de moradias, ao mesmo tempo, em que reduz os juros, com a criação do Fundo Garantidor da Habitação, que aporta recursos para pagamento das prestações em caso de inadimplência por desemprego e outras eventualidades (ADAUTO, 2011).

Com o PMCMV houve a ampliação do acesso ao financiamento de moradias e a oferta de empregos, com recursos na ordem de R\$ 34 bilhões para a construção de um milhão de moradias. Este Programa proporciona ao beneficiário subsídio para a aquisição da unidade habitacional para famílias que ganhem até R\$ 1.395,00, conforme diretrizes do programa (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008).

Analisando os montantes alocados, observa-se que o núcleo central do Programa é aquele voltado para as empresas, que acessam diretamente os recursos do FAR, através da apresentação de projetos a serem avaliados e aprovados pela CAIXA. O papel dos estados e municípios nesse modelo, passou a ser o de organizar a demanda, através de cadastros encaminhados a CAIXA<sup>3</sup> para a seleção dos beneficiários e, ainda, o de criar condições para facilitar a produção, através da desoneração tributária e da flexibilização da legislação urbanística e edilícia dos municípios. Em alguns casos, considera-se que estados e municípios

---

<sup>3</sup> A Caixa Econômica Federal cria no ano 2000, o slogan CAIXA, que anteriormente era utilizado como CEF.

possam ainda viabilizar o atendimento à demanda de baixa renda, através da cessão de terrenos públicos. De qualquer forma, o promotor do empreendimento deixa de ser o setor público e passa a ser o setor privado. Como o objetivo das empresas é necessariamente o de ampliar seus lucros, e os preços finais estão predeterminados pelos tetos de financiamentos, os ganhos com a produção habitacional poderão ser realizados a partir de duas possibilidades não excludentes: pela redução do custo de construção ou pela redução do preço da terra, dois tipos de lucratividade de natureza diferenciada. (ADAUTO, 2011).

A respeito do PMCMV, este foi fortemente inspirado na experiência chilena que, na ocasião, foi avaliada pelo empresariado da construção civil como o modelo mais adequado para dinamizar a produção habitacional, resguardando um papel protagonista para o setor empresarial. Considerando o desenho adotado para o programa, fortemente ancorado na participação do setor privado, o PMCMV entrou em choque com os princípios do SNHIS: pautado no papel estratégico do setor público, ignorou em larga medida premissas e debates acumulados em torno do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social – Planhab, então amplamente discutido desde 2007. Um dos impactos mais imediatos sobre os programas desenvolvidos no âmbito do FNHIS diz respeito à eliminação dos repasses de recursos para as ações de provisão habitacional (ADAUTO, 2011). Portanto, a proposta do PEC Moradia priorizando a habitação para as camadas de 0 a 3 s.m, com o propósito de diminuir o déficit habitacional, onde este está mais concentrado, não foi considerada. Esta política adotada pelo governo contradiz a política anterior, discutida no movimento de reforma urbana e nos outros canais de participação social, de que é necessário urbanizar as áreas pobres consolidadas e integrá-las à cidade, respeitando os seus laços de convivência e vizinhança.

As reações ao lançamento do PMCMV foram, pelo lado dos empresários da construção, eufóricas e, pelo lado dos setores de esquerda, em certa medida, cautelosas. Os empresários, como já indicado acima, se colocaram claramente como os coautores e parceiros do programa. Já no âmbito dos atores ligados ao Fórum da Reforma Urbana e aos movimentos de moradia, não se ouviram críticas veementes. Essa reação pode ser compreendida se levamos em conta alguns dos elementos presentes na proposta do programa, como transparece na declaração de Maricato (2009). Do fim do BNH ao programa minha casa minha vida, entre 1990 e 2000, a população brasileira cresceu 1,4%, e a das favelas mais de 4%. Então todo investimento que ataque de frente esse déficit será bem-vindo. Ele é tão gigantesco que é preciso fazer o

máximo que der. E o programa Minha Casa, Minha Vida tem uma faceta interessante (MARICATO, 2009).

Por causa da crise financeira, o Brasil teve um rombo terrível no nível de emprego em 2008. E o programa pretendeu contribuir para reverter essa queda. Foi uma medida que merece aplausos (MARICATO, 2009). Os elementos destacados por Maricato, acima, são os mais relevantes nas avaliações positivas: do ponto de vista da economia, o lançamento do programa se alinhava com as medidas anticíclicas empreendidas pelo governo no enfrentamento da crise econômica, que contrastaram fortemente com as estratégias conservadoras e recessivas adotadas pelos governos anteriores; já do ponto de vista da política habitacional, o volume de subsídios que se propunha adotar era inédito, o que permitiria que os programas oficiais pudessem efetivamente atingir a população de mais baixa renda, o que vinha ao encontro das propostas da Reforma Urbana e dos movimentos de moradia. Temos que lembrar que os movimentos sociais urbanos carregam sua bandeira de luta, tentando recuperar a força da década de 1980.

Mas, ao lado dessas leituras mais otimistas, a literatura especializada e as análises posteriores permitiram identificar algumas dimensões que, segundo estes críticos, estariam sendo mal equacionadas pelo programa. Podemos sintetizar essas críticas em oito pontos: (i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido ao setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação.

A esses pontos, já destacados por várias análises, acrescenta ainda (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado. Cabe ressaltar, já como uma conclusão preliminar da análise sobre o programa, desde sua concepção, ele apresenta duas contradições básicas e que se articulam. Uma primeira contradição ocorre entre os objetivos de combater a crise, estimulando a economia, e os objetivos de combater o déficit habitacional; uma segunda, decorrente do privilégio concedido ao setor privado como o agente fundamental para efetivar a produção habitacional, deixando de lado, ou em segundo

plano, alternativas de produção baseadas na produção pública ou na autogestão, coletiva ou individual (MARICATO, 2009).

O Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é um programa do governo federal que tem por objetivo apoiar estados e municípios no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que facilitem o acesso à moradia digna em áreas urbanas e rurais (conforme diferentes modalidades do Programa), voltadas ao atendimento de beneficiários com renda bruta familiar até R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), por meio de instituições financeiras e agentes financeiros autorizados pelo Banco Central do Brasil – BACEN, com destaque para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e pelo Ministério das Cidades, no âmbito de suas competências (Portaria 168/2013, alterada pela portaria 518/2013). Desde 2009, o Banco do Brasil é operador do MCMV, tendo até então viabilizado a produção de mais de 330 mil moradias. A primeira fase do Programa, lançada em 2009, investiu R\$ 34 bilhões na construção de 1 milhão de moradias. A segunda fase, formalizada pela Medida Provisória N° 514/2010, convertida na Lei N° 12.424/2011, estabeleceu novas diretrizes e metas para o Programa. Estabeleceu como principal meta o financiamento da construção de 2 milhões de moradias no país, sendo 60% delas direcionadas a famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00, com um investimento de R\$ 71,7 bilhões. Em que pese o reconhecimento da existência de desafios e limites na implantação do MCMV, amplamente abordados nas literaturas de arquitetura e urbanismo e de administração pública (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011; MARICATO, 2012; BONDUKI, 2009; CARDOSO; ARAGÃO, 2013), é importante reconhecer que o Programa representou a retomada dos investimentos governamentais em larga escala em políticas de habitação de interesse social. Assim, em relação ao MCMV, “a despeito das críticas, o Programa veio a cabo. Contratou, produziu, gerou empregos... e muitas das previsões se confirmaram (...) O sucesso quantitativo e a boa repercussão na opinião pública fizeram o Programa se consolidar na política urbana em nível nacional (...)” (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015, p: 18).

O trabalho social no PMCMV segundo a International Federation of Social Workers – IFSW, o “trabalho social” promove a mudança social, a resolução de problemas no âmbito das relações humanas e a promoção das capacidades e aptidões das pessoas de forma a promover o seu bem-estar. Neste sentido, os objetivos do trabalho social pretendem induzir mudanças positivas no funcionamento psicológico e social dos indivíduos, nas suas famílias, grupos e ambientes de forma a diminuir as vulnerabilidades existentes e a providenciar oportunidades

para a existência de uma vida social mais satisfatória. No caso do Programa MCMV, o trabalho social é orientado pela Portaria No 21/2014 do Ministério das Cidades, que estabelece um conjunto de estratégias, processos e ações, na perspectiva de contribuir para fortalecer a melhoria das condições de vida das famílias e a sustentabilidade das intervenções. De acordo com a Portaria No 21/2014, as atividades do trabalho social se dão a partir de estudos e diagnósticos integrados e participativos do território, nas dimensões social, econômica, produtiva, cultural, ambiental e político institucional, alinhadas com a intervenção física e com as políticas públicas locais, para promover o exercício da participação cidadã, favorecendo a organização da população e a gestão comunitária dos espaços comuns.

Para efeito deste Projeto, também deverá ser considerada a normativa anterior à Portaria No 21/2014, o Anexo V da Portaria No 168/2013, além do COTS - Caderno de Orientação Técnico Social da Caixa Econômica Federal, pois dependendo do momento de contratação do empreendimento a ser beneficiado pelo Projeto, o trabalho social executado no empreendimento pode ter estes documentos como norteadores. Mesmo reconhecendo a importância e os avanços do Trabalho Social nos empreendimentos do MCMV, é essencial notar que sua implementação ainda enfrenta inúmeros desafios, que vão desde a falta de mão-de-obra capacitada até o desconhecimento da importância dessa política, dificuldades que coadunam com atrasos para o início da execução do Trabalho Social e baixa efetividade das suas ações. Além disso, a efetividade de ações deste tipo depende de outros fatores, como a sua inserção nas estruturas administrativa e política do órgão municipal responsável pela política habitacional, e o reconhecimento de que o Trabalho Social, sozinho, não consegue resolver problemas estruturais, como inserção urbana, projeto e desenvolvimento da obra e problemas do contexto social, tais como desemprego, presença do tráfico, etc. (Paz, 2015, p. 282).

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Este artigo demonstrará uma experiência profissional que está sendo executada no Empreendimento do PMCMV faixa 1- Residencial Urupiara, localizado no município de Alagoinhas/BA, através do programa Moradia Urbana com tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil, destinado aos imóveis do PMCMV financiados pelo Banco do Brasil.

O Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social vem trazer uma nova proposta de moradia urbana associada à tecnologia social. A motivação surge quando se deseja agregar à



ocupação do espaço urbano a consciência do estar e pertencer local, como um estímulo ao espírito público e ao fortalecimento dos laços entre as famílias, instigando os princípios de associativismo, a participação comunitária e o empoderamento da comunidade. A Fundação Banco do Brasil tem como missão promover a inclusão socioproductiva e contribuir para o desenvolvimento sustentável do País. São uma ferramenta que possibilita a articulação com diferentes atores, Prefeituras, entes públicos, sociedade civil organizada e moradores, objetivando o desenvolvimento social a partir de ações complementares, por meio de tecnologias sociais, nos empreendimentos habitacionais do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).

O conceito Tecnologia Social compreende “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social”. A FBB é reconhecida como uma das protagonistas na consolidação deste entendimento de Tecnologia Social, que surge como uma alternativa mais democrática à tecnologia convencional, ao aglutinar o saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implantação, atendendo aos princípios da autogestão, inclusão social, economia solidária e sustentabilidade ambiental. A ênfase no processo de produção da tecnologia é central para o conceito de tecnologia social. A preocupação com processo na tecnologia social, embora não deva prescindir dos aspectos gerenciais, volta-se prioritariamente para a emancipação dos atores envolvidos, tendo no centro os próprios produtores e usuários dessas tecnologias. Considerando que as tecnologias sociais se constituem em efetivas soluções de transformação social podemos afirmar, com significativo grau de confiabilidade, que a sua disseminação aliada à formulação das políticas públicas poderá contribuir, sobremaneira, para o desenvolvimento sustentável do País.

O projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social nasce de um caso de sucesso de atuação da FBB na reaplicação da Tecnologia Social “Cisternas de Placas” certificada em 2001, que se tornou uma política pública para o semiárido brasileiro do governo federal: Programa 1 Milhão de Cisternas.

Para o Projeto, a FBB identificou no Banco de Tecnologias Sociais, algumas tecnologias sociais que foram certificadas pelo Prêmio Fundação Banco do Brasil, passíveis de serem reaplicadas em empreendimentos habitacionais do PNHU e as estruturou de forma a serem implementadas em duas fases:

A Primeira tecnologia social a ser reaplicada em todos os empreendimentos beneficiados é a Transformando Realidades por meio da Mobilização e Organização Comunitária,

desenvolvida pela Rede Internacional de Ação Comunitária – INTERAÇÃO, baseada nos instrumentos da instituição internacional Slum Dwellers International (SDI): autorrecenseamento, poupança comunitária e intercâmbio, e consiste fundamentalmente em um trabalho de mobilização e organização comunitária. Mais informações sobre a reaplicação dessa tecnologia no Projeto MUTS serão apresentadas detalhadamente mais adiante, neste capítulo e nos tutoriais.

A segunda tecnologia social são quatro, para serem escolhidas uma delas, disponibilizadas para reaplicação na segunda fase do projeto, como continuidade à reaplicação da primeira TS: Criação de Bibliotecas Comunitárias – VAGA LUME; Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana - CEPAGRO; Produção Agroecológica de Alimentos em Meio Urbano: Hortas Urbanas – Instituto PÓLIS; Joias Sustentáveis na Ilha das Flores – REDE CRIAR. As segundas TS serão reaplicadas nos empreendimentos beneficiados de acordo com a escolha dos moradores durante o processo de reaplicação da primeira TS. Ou seja, enquanto a primeira TS será reaplicada em todos os empreendimentos, estabelecendo os primeiros passos de mobilização e organização comunitária, os moradores deverão escolher apenas uma dentre as quatro TS citadas para desenvolver ações de continuidade no processo de organização comunitária.

O Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social (MUTS) está sendo desenvolvido no Residencial Urupiara do PMCMV, localizado no município de Alagoinhas/BA, num prazo de 12 meses, desde agosto de 2017. Este projeto já concluiu a Primeira Tecnologia Social e está em andamento a Segunda Tecnologia Social para a implantação da TS Joias Sustentáveis na Ilha das Flores.

O processo de Participação Social neste projeto se dá a partir da organização dos moradores através da formação de uma Associação de Moradores Urupiara, que vem levando serviços públicos para os moradores do Residencial. Este trabalho é devido a uma boa articulação estabelecida com o poder municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e outros atores de outras instituições. Este processo de Participação Social está também colocado durante a execução do Projeto MUTS, através do Grupo de Acompanhamento Local (GAL), com a formação de representantes do Banco do Brasil, da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, da Empresa executora Local, a PROATEC e dos representantes dos moradores, que tem o objetivo de fazer o acompanhamento do projeto nas duas tecnologias, da primeira e segunda TS. Este espaço de discussão tem trazido vários temas pertinentes aos moradores para discussão e reflexão junto aos representantes das instituições, como por exemplo, problemas construtivos, serviços das concessionárias, problemas contratuais com o Banco do Brasil, dentre outros.

Uma das atividades que também registramos a Participação Social, foi o instrumento autorrecenseamento, que é a ferramenta principal de estímulo à organização e mobilização comunitária desenvolvida na Primeira TS. Tal estímulo se dá pelo fato de que este instrumento de pesquisa viabiliza a efetiva participação dos moradores em um processo pelo qual eles se descobrem, reconhecendo suas próprias particularidades, problemas e potencialidades, semelhanças e relações existentes, por meio do levantamento de informações de si mesmos. Ou seja, o autorrecenseamento tem o objetivo geral de fortalecer a comunidade para que ela seja protagonista nas transformações do lugar onde vivem e de suas próprias vidas. Durante a atividade do Autorecenseamento realizada por 9 moradores voluntários do Residencial Urupiara, foi possível identificar a Participação Social durante a aplicação da pesquisa com todos os moradores. Podemos descrever alguns resultados desta pesquisa do Autorecenseamento.

O Residencial Urupiara possui 1.272 unidades divididos em 24 quadras, sendo 14 blocos e em cada bloco existe 4 unidades. Entretanto, existem quadras menores com 14 unidades e quadras maiores com 16 unidades. Foram realizadas 645 entrevistas, representando cerca de 50,71% dos domicílios. Também identificamos 306 domicílios fechados, 66 domicílios vagos e 90 domicílios onde os moradores se recusaram a responder a pesquisa. Segundo os voluntários, a recusa se deve ao grupo que é oposição a associação de moradores. Através do autorecenseamento foi possível traçar o perfil socioeconômico dos moradores e verificar a situação da moradia, dos equipamentos públicos e a organização comunitária. De uma forma geral, os moradores avaliaram a moradia como boa, entretanto se observou que a maioria dos moradores não participa de nenhuma instituição, representando 436 pessoas (91,40%). Dos que participam, um pequeno percentual participa de Instituição religiosa, representando 27 pessoas (5,66%). Com relação a participação da Associação de Moradores do Urupiara, já que no residencial existe uma associação formalizada, apenas 9 pessoas disseram que participava, representando cerca de (1,89%).

Podemos destacar que neste residencial ainda não foi executado o Trabalho Social, item obrigatório do PMCMV, que tem como um dos eixos, fomentar a organização comunitária e o fortalecimento social. Assim, o Projeto MUTS vem de encontro, tentando melhorar a Participação Social através das articulações estabelecidas com os representantes das instituições parceiras, através dos encontros mensais nas reuniões do GAL. A associação de Moradores do Urupiara vem fazendo uma campanha para nova adesão de moradores associados, com um trabalho realizado em todos os imóveis.

Observamos durante a execução do Projeto MUTS que a Associação de Moradores do Urupiara possui uma boa articulação com o poder público, através da SEMAS. Tem levado alguns temas para serem discutidos com os moradores, como por exemplo, a reforma das unidades habitacionais, a formalização dos contratos, dentre outros, além de ter conseguido alguns serviços para melhoria dos moradores, como o caso do sistema de transporte. Devido a não realização do Trabalho Social e está boa articulação da Associação de Moradores com o poder público, esta exerce um pouco o papel do Estado, que fica ausente de suas obrigações com os moradores, fazendo um papel de intermediário neste processo. Com a execução do Projeto MUTS no residencial, este projeto também vem de alguma forma compensar o poder do Estado, fazendo com que não haja de certa forma muita cobrança em relação ao início do Trabalho Social.

Outra atividade realizada com o projeto que busca fomentar a Participação Social são as assembleias com os moradores. Nestas atividades, apesar da divulgação da atividade, com antecedência, através de carro de som, os moradores têm um pequeno percentual de participação, em torno de 120 moradores. Estes dados mais uma vez reforçam a pequena Participação Social nos Empreendimentos do PMCMV. Dos que participam estão sempre presentes os representantes da Associação de moradores, os voluntários do autorealceamento, os moradores que tem interesse pelo projeto, os representantes do poder municipal, além dos representantes da proatec, empresa executora.

Todas as atividades descritas acima foram as atividades realizadas durante a execução da Primeira Tecnologia Social- Transformando Realidades por meio da Mobilização e Organização Comunitária.

Durante a implantação da Segunda Tecnologia Social Joias Sustentáveis, esperamos que a Participação Social dos moradores esteja melhorada, com um maior número de moradores presentes nas atividades e um acréscimo de associados na Associação de Moradores do Urupiara.

### **3. CONCLUSÃO**

Verificamos que durante as atividades do projeto a Participação Social esteve presente, com a participação do poder público, representantes da Associação de Moradores, representantes da equipe executora da Proatec, representantes da Interação, representantes do Banco do Brasil e moradores que participaram das atividades do Projeto MUTS e se interessaram pelo projeto.

A formalização da Associação de Moradores do Urupiara foi uma grande conquista para os moradores, pois ela tem desempenhado um papel fundamental na articulação com o poder público, para levar novos serviços ao Residencial. Entretanto, esta Associação necessita realizar um trabalho com os moradores para aderir mais associados e obter uma maior Participação Social.

Podemos com as reflexões advindas da execução do Projeto MUTS, dizer que, mais uma vez, o Estado transfere o seu papel de prestador de serviços para a sociedade, para os beneficiários do urupiara, os quais eles próprios tem que assumir compromissos que não são de sua responsabilidade e que deveriam estarem se beneficiando de alguns serviços que o Estado não vem a atender.

A Segunda Tecnologia Social também tem o propósito de organizar os moradores e propiciar a Participação Social. A Segunda TS Joias Sustentáveis possibilitara aos moradores do Urupiara a geração de trabalho e renda, fomentando a criação de grupos produtivos. Espera-se que esta metodologia traga resultados positivos quanto a melhoria da Participação Social dos moradores do Urupiara.

Nos lugares com menor tradição organizativa e capacidade propositiva, a sociedade não “dá conta” de ocupar com qualidade os “espaços” criados por iniciativa legal e governamental, criando então, segundo Carvalho (1998), muitos “espaços esvaziados” e burocratizados de participação.

Para Velazquez (1985), a participação é basicamente um processo de intervenção das forças sociais presentes no desenvolvimento da vida coletiva. E se falarmos desta participação com o enfoque de gênero, está se torna presente, mas, com o caráter mais acentuado da obediência nas relações, comparadas com a dos homens. Portanto, este processo do poder político na sociedade capitalista, que é reforçado nas classes populares, dentro desta, se estabelece nas relações entre homens e mulheres.

Para Bava (2001), a participação cidadã ainda é incipiente e restrita. Com relação aos orçamentos participativos, por exemplo, instituídos com o objetivo de permitir aos cidadãos seu envolvimento na definição de prioridades e aproveitamento dos recursos públicos, o que se verifica é apenas o empenho residual de pequenas verbas públicas, sem mudanças de prioridades no conjunto dos gastos públicos. No entanto, identificou também as limitações da população em geral, para exercer esses níveis de cidadania. Pontual (2000) revela a necessidade prévia ou concomitante, nos processos de Orçamento Participativo, de ações

pedagógicas para capacitar os agentes envolvidos. Tanto no que se refere às informações necessárias para melhor qualificar os debates, como também, no que diz respeito aos planos de crescimento individual, como por exemplo, trabalhos que interfiram sobre a autoestima e sobre a capacidade de comunicação interpessoal. Indica também, a necessidade de aprendizagens relacionadas à “legitimidade subjetiva” da participação social que transcendam ao aspecto cognitivo e da afetividade.

Essa limitação de participação é proveniente, muitas vezes, da cultura política caracterizada pela dominação que, conforme Rover (2000) é uma forma recorrente na política nacional e tem, nos “espaços” locais, forte potencial para sua manifestação, predominando em municípios de pequeno porte e de ambientes essencialmente rurais, como são uma parcela dos municípios brasileiros. Para o autor, a instituição de mecanismos que desloquem o exercício do poder do plano personalista para um plano institucional, requer uma mudança desse tipo de dominação. Assim, como no espaço local (comunidades, bairros, municípios ou regiões), há condições favorecedoras para a manutenção das relações políticas tradicionais pelas proximidades pessoais constituídas, e há também, condições favorecedoras de “rompimento”, por meio de processos de participação comunitária.

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. 1983, **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DEMO, Pedro. **Participação é política**. São Paulo, 2009.

EVANS, Peter. O estado como problema e solução. **Lua Nova**, n. 28-29, p. 107-157, 1993.

GOUVEIA, Tácia “**O sentido e a pertinência de articular a luta feminista por diretrizes para políticas públicas** na I CNPM” in Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas, Recife, Articulação de Mulheres Brasileiras, junho 2004.

JOERGES, R.1992, **O Sistema Urbano**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

MATOS, Marlise, **Idéias Modernas e Comportamentos Tradicionais: a persistência das desigualdades no Brasil**. Belo Horizonte, 2010

MANUAL do Programa Moradia Urbana com tecnologia Social. Brasília, 2016

SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos. **Reforma Urbana e Gestão Democrática: um ano de funcionamento do Conselho das Cidades**. Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Campus: Rio de Janeiro, 1979.